



**EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA
PÚBLICA DE SÃO PAULO**

LEONARDO BIAGIONI DE LIMA, defensor público coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária; **MATEUS OLIVEIRA MORO**, defensor público coordenador-auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária; e **THIAGO DE LUNA CURY**, defensor público coordenador-auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária vêm, por meio desta apresentar o relatório semestral de atividades do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, referente ao período de fevereiro de 2021 a julho de 2021.

Santos, 12 de janeiro de 2021.

LEONARDO BIAGIONI DE LIMA

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

MATEUS OLIVEIRA MORO

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

THIAGO DE LUNA CURY

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo



**RELATÓRIO SEMESTRAL DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE SITUAÇÃO
CARCERÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (NESC)**

Período Compreendido: 01º.02.2021 à 31.07.2021

Coordenadores: Leonardo Biagioni de Lima, Mateus Oliveira Moro e Thiago de Luna Cury.

Membros e Colaboradores (22): *Patrick Lemos Cacicedo, Rafael Gomes Bedin, Danilo Caetano Silvestre Torres, Luana Barbosa Oliveira, Gabriele Estabile Bezerra, Vitor José Tozzi Cavina, Cristina Emy Yokaichiya, Douglas Schauerhuber Nunes, Fernando Nicolas Penco Juve, Maria Camila Azevedo Barros, Eduardo Ciaccia Rodrigues Caldas, Mayara Rossales Machado, Surrailly Fernandes Youssef, Thais Guerra Leandro, Bruno Girade Parise, Camila Gervasoni Pellin, Maria Auxiliadora dos Santos Essado, Wild Afonso Ogawa Filho, Juliana Gonçalves Miele e Daniel Mobley Grillo.*

Agentes de defensoria lotados no NESC: Zoraide Caobianco Modenutte (assistente social) e Henrique de Paula Finoti (sociólogo).

Oficiais de Defensoria lotados no NESC: Pacelli Cartaxo Bastos e Valdecyr dos Santos Xavier Júnior.



SUMÁRIO

I. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES	4
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:.....	5
A) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos:	5
B) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos (e acompanhamento de demandas já propostas):	7
C) Realização de intercâmbio entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:.....	25
D) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:.....	25
E) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:	298
F) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:	28
G) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública:.....	30
H) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais:	30
I) Articulação com núcleos especializados afins de Defensorias Públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências:	31
J) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade.	32
K) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:	333



L) Atividade de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos prisionais do Estado – Deliberação 296/2014.....	333
M) Reuniões Periódicas do Núcleo:.....	34
N) Outras ações desenvolvidas:.....	345
O) Procedimentos administrativos instaurados no semestre objeto deste relatório:	41

I. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Como exposto nos relatórios anteriores, com o intuito de possibilitar que o presente relatório, a par de garantir a exposição do trabalho realizado por este núcleo, possibilite uma análise sistemática dessas atividades, optou-se por torná-lo o mais objetivo possível, evitando-se acréscimos desnecessários, como repetição de atividades em mais de um tópico e detalhamento exagerado delas.

Assim, quando a atividade estiver relacionada a mais de um tópico do relatório, será descrita naquele com que tiver maior aproximação. Ademais, uma atividade, ainda que possa ter demandado dias para ser finalizada, não constará como várias atividades.

Importante ressaltar que, apesar de este núcleo possuir diversos procedimentos em andamento e tomar conhecimento de diversas proposições legislativas afetas à temática aqui tratada, apenas aqueles que tiveram efetivo andamento e/ou atuação direta no período serão aqui retratados, ainda que tenham sido apenas objeto de estudo pela coordenação.

Consigne-se, ademais, que, neste período como nos dois últimos relatórios, houve intenso enfrentamento às violações de direitos causadas pela pandemia da Covid-19 no sistema prisional, inclusive tendo sido as inspeções



realizadas com propósito de verificar as potencializações do estado de barbárie a que estão submetidas as pessoas presas neste período, merecendo destaque a importância da permanência da atividade no último semestre. Isso porque fora a partir da visita *in loco* que se pode observar como estão operando os estabelecimentos prisionais neste período, assim como produzir dados de maneira técnica para atuação de toda a carreira, assim como atuações do próprio núcleo, como serão elencadas abaixo.

Por fim, destacamos nesta introdução que, visando maior detalhamento das atividades do núcleo como um todo, segue em anexo ao presente relatório da atuação dos agentes de defensoria aqui lotados.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

A) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos:

1. Disponibilização de modelos de petições (*Habeas Corpus*, Ação Civil Pública, Pedidos de Providências para juízes Corregedores de Presídios etc.), jurisprudências, resoluções e artigos para os/as defensores/as públicos/as que atuam na área penal (coordenadoria de execução penal, varas de execução criminal, varas criminais, Tribunal de Júri e DIPO).
2. Respostas a consultas diversas por telefone, *whatsapp*, *teams* e correio eletrônico de membros da carreira. Nesta atividade consultiva de suporte destacam-se: a) informações sobre o sistema carcerário paulista; b) pedidos de peças processuais; c) estratégias de atuação conjunta; d) pedidos de pesquisa jurisprudencial; e) consultas técnicas em geral. Neste ponto, vale ressaltar que foram enviados **2.158** e-mails, através do e-mail nucleo.carceraria@defensoria.sp.def.br, **853** e-mails através do e-mail



mmoro@defensoria.sp.def.br, 555 do e-mail lblima@defensoria.sp.def.br e 537 e-mails do e-mail tlcury@defensoria.sp.def.br

3. Disponibilização, em conjunto com a assessoria criminal, de modelos de peças e sugestões de atuação aos/às colegas nos processos de execução da pena de multa, em duas oportunidades;

4. Comunicado à carreira, em conjunto com a Assessoria Criminal e outros núcleos especializados, no dia 22.07.2021, sobre a Resolução n. 405/2021, CNJ, que trata sobre a situação das pessoas migrantes da seara penal, elencando pontos de atenção da norma para a atuação;

5. Comunicado à carreira, no dia 15.06.2021, em conjunto com o CONVIVE, sobre orientações e sugestões na atuação relacionada às mulheres mães que se enquadram na Política Mães em Cárcere e que estão privadas de liberdade;

6. Comunicado, em 15.03.2021, conjuntamente com NSITS e Assessoria Criminal, dirigido à carreira com sugestão para encaminhamento de decisões que descumpram a ordem preventiva e repressiva emitida no Habeas Corpus Coletivo n. 596.603/SP, de acordo com determinados parâmetros ali estampados;

7. Comunicado à carreira, conjuntamente com a Assessoria Criminal, sobre a Resolução n. 391/2021, CNJ, que versa sobre a remição de pena por estudo e leitura, destacando alguns pontos de interesse para a atuação;

8. Também, têm sido disponibilizadas informações periódicas aos/às defensores/as informações sobre a Covid-19 nas unidades prisionais do estado de São Paulo, a fim de auxiliar a atuação de todos/as os/as colegas;



B) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos (e acompanhamento de demandas já propostas):

1. Apresentação de 45 manifestações em pedidos de providências inaugurados para requerer atendimento de saúde de pessoas presas em unidades prisionais inspecionadas por este núcleo especializado;
2. Apresentação de 92 manifestações em pedidos de providências inaugurados para sanar ilegalidades constatadas diretamente por este núcleo em inspeções em unidades prisionais ou que nos foram noticiadas por familiares ou outras entidades
3. Apresentação de 12 manifestações em ações civis públicas para garantia de direitos das pessoas aprisionadas;
4. Apresentação de 11 manifestações em processos individuais diversos;
5. Recomendação à Secretaria da Administração Penitenciária para oferta regular de absorventes íntimos às mulheres presas em todo o estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 04/2017 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
6. Recomendação à Secretaria da Administração Penitenciária para oferta e garantia do direito à mulher presa gestante possuir acompanhante de sua escolha durante o parto;
7. Recomendação à direção da Penitenciária Feminina da Capital para regularização das violações de direitos observadas durante atividade de inspeção;



8. Recomendação à direção do Centro de Ressocialização de Presidente Prudente para regularização das violações de direitos observadas durante atividade de inspeção;
9. Envio de sugestão de proposta de indulto para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
10. Envio de manifestação, junto com outras entidades, trazendo elementos contrários à privatização de unidade prisionais, em face da inconstitucionalidade, ilegalidade, não razoabilidade e ausência de comprovação de eficiência, além de maiores custos e experiências trágicas no território brasileiro, a parti de consulta pública do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
11. Ajuizamento de Ação Civil Pública com o objetivo de obrigar o estado de São Paulo a vacinar as pessoas presas com prioridade ou, minimamente, nos mesmos termos da população em geral;
12. Ajuizamento de Ação Civil Pública com o objetivo de obrigar o estado de São Paulo a vacinar as pessoas presas com prioridade ou, minimamente, nos mesmos termos da população em geral;
13. Ajuizamento de Ação Civil Pública com o objetivo de obrigar o estado de São Paulo a vacinar as pessoas presas com prioridade ou, minimamente, nos mesmos termos da população em geral;
14. Oposição de Embargo de declaração em pedido de providências inaugurado após inspeção no Centro de Detenção Provisória de São Vicente (processo n. 1000073-34.2021.8.26.0158)



15. Oposição de Embargos de declaração no Agravo em Recurso Especial n. 1.819.201, que interposto em ACP para implementação de equipe de saúde nos moldes do PNAISP no Centro de Detenção Provisória de Praia Grande;
16. Interposição de agravo contra decisão de indeferimento de processamento de Recurso Especial em face do acórdão proferido pela 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento à apelação do Agravante em sede de ação indenizatória que visa a condenação do estado de São Paulo ao pagamento de danos morais ao Agravante, em razão de condições desumanas e degradantes de aprisionamento (Apelação Cível nº 1001080-22.2020.8.26.0053);
17. Interposição de agravo contra decisão de indeferimento de processamento de Recurso Extraordinário em face do acórdão proferido pela 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento à apelação do Agravante em sede de ação indenizatória que visa a condenação do estado de São Paulo ao pagamento de danos morais ao Agravante, em razão de condições desumanas e degradantes de aprisionamento (Apelação Cível nº 1001080-22.2020.8.26.0053);
18. Interposição de Recurso Administrativo junto ao Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Controle Administrativo para cassar normativa do Tribunal de Justiça de São Paulo, que permitiu a realização de audiências de custódias virtuais de forma generalizada no estado, em desconformidade com o artigo 19 da Recomendação nº 329/2020 do CNJ, (número 0000221-75.2021.2.00.0000);
19. Oposição Embargos de declaração em pedido de providências sobre a Penitenciária de Iaras (n. 1000011-36.2020.8.26.0026);



20. Oposição de Embargo de declaração em Ação Civil Pública para a implementação de equipe de saúde nos moldes do PANISP no Centro de Detenção Provisória de Itatinga (processo n. 1000300-74.2020.8.26.0282);
21. Apresentação de memoriais e interposição de apelação na ação civil pública n. 1000300-74.2020.8.26.0282, que pleiteia a implementação de equipe mínima de saúde de acordo com o PNAISP, no Centro de Detenção Provisória de Itatinga;
22. Apresentação de memoriais para despachos, razões e contrarrazões de apelação na ação civil pública n. 1000059-27.2017.8.26.0502, que visa o cumprimento da Recomendação n. 62/2020, CNJ e Súmula Vinculante nº 56 do STF, no Centro de Progressão de Pena de Franco da Rocha;
23. Apresentação de contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Pública na ação civil pública n. 0002574-21.2013.8.26.0590 que discute a situação do atendimento à saúde no Centro de Detenção Provisória “Luis Cesar Lacerda” de São Vicente/SP;
24. Interposição de apelação na ação civil pública n. 1019366-22.2020.8.26.0482, em conjunto com 9ª Defensoria Pública da Regional de Presidente Prudente, referentes a atos de improbidade administrativa decorrentes de graves violações de direitos humanos, mormente tortura, por ocasião da incursão do GRUPO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA (GIR-7) no anexo de semiaberto da penitenciária de Presidente Prudente;
25. Interposição de apelação na ação penal n. 1501302-85.2019.8.26.0628 requerendo a incidência do princípio da insignificância e ao desclassificação do delito imputado a assistida;



26. Apresentação de memoriais e contrarrazões à apelação interposta pela Fazenda Pública na ação civil pública n. 1029279-25.2018.8.26.0053, em conjunto com o Instituto Pro Bono, que discute violação do direito à alimentação das pessoas presas “em trânsito” que participam de audiências nos fóruns das comarcas do Estado de São Paulo ou são presas em flagrante;
27. Apresentação de memoriais para despachos na Apelação Cível nº 1025090-67.2019.8.26.0053, que visa indenizar uma vítima de revista vexatória;
28. Oposição de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 1025090-67.2019.8.26.0053, que visa indenizar uma vítima de revista vexatória;
29. Oposição de embargos de declaração na Ação Civil Pública n. 1039521-72.2020.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia de direitos às pessoas presas durante o período de pandemia, promovida pelo IDDD, na qual este núcleo pleiteou e foi aceito como assistente litisconsorcial;
30. Interposição de Reclamação pré-processual no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a fim de obrigar o estado de São Paulo a vacinar as pessoas presas com prioridade;
31. Interposição de Recurso Inominado em pedido de providências sobre as condições de aprisionamento no Centro de Detenção Provisória 1 de Osasco (processo n. 1001095-27.2020.8.26.0041);
32. Interposição de Recurso Inominado em pedido de providências sobre as condições de aprisionamento no Centro de Detenção Provisória de Nova Independência (processo n. 1000619-40.2020.8.26.0509);



33. Interposição de Recurso Inominado em pedido de providências sobre as condições de aprisionamento na Penitenciária 2 de Sorocaba (processo n. 1000368-83.2020.8.26.0521);
34. Interposição de Recurso Inominado em pedido de providências sobre as condições de aprisionamento na Penitenciária II de Lavínia (processo n. 1000538-91.2020.8.26.0509);
35. Interposição de Recurso Inominado em pedido de providências sobre as condições de aprisionamento no Centro de Detenção Provisória de Piracicaba (processo n. 1000181-98.2021.8.26.0502);
36. Interposição de Recurso Inominado em pedido de providências sobre atendimento de saúde às pessoas presas no Centro de Detenção Provisória de São Vicente (processo n. 1000073-34.2021.8.26.0158);
37. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 207 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória 2 de Belém (processo n. 1000687-02.2021.8.26.0041);
38. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 207 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória 2 de Belém (processo n. 1000687-02.2021.8.26.0041);
39. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 49 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba (processo n. 1000089-66.2021.8.26.0520);



40. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba (processo n. 1000156-31.2021.8.26.0520);
41. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das várias violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Mauá;
42. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Penitenciária Masculina de Guareí I;
43. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha;
44. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Limeira/SP;
45. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das várias violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Diadema;
46. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de São Vicente;
47. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Santo André;



48. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Paulo de Farias;

49. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Bauru;

50. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Americana;

51. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Ressocialização de Birigui;

52. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção na Penitenciária Feminina da Capital;

53. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção na Penitenciária Masculina de Piracicaba;

54. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Piracicaba;

55. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Ressocialização de Marília;



56. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Vila Independência;
57. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 15 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Suzano;
58. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 21 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção na Penitenciária Feminina de Santana;
59. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 21 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória da Chácara Belém II;
60. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de diversas pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória da Chácara Belém I;
61. Ajuizamento de Pedido de Providências para requerer o atendimento de saúde de 32 pessoas presas a partir de solicitações feitas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes (processo n. 1000960-78.2021.8.26.0041);
62. Pedido de expedição e cumprimento de alvará de soltura no processo nº 1505274-31.2021.8.26.0228;
63. Ajuizamento de Pedido de Providências para regularização das violações de direitos observadas durante a inspeção no Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes (processo n. 1001101-97.2021.8.26.0041);



64. Ajuizamento de pedido de contramandado de prisão no processo nº 1509921-40.2019.8.26.0228, tendo em vista que o mandado de prisão estava suspenso à época;
65. Encaminhamento de nota técnica ao CNJ referente a Consulta Pública sobre transferência de pessoas presas;
66. Interposição de apelação na Ação Civil Pública nº 1000343-04.2020.8.26.0252, ajuizada pelo NESC, para garantia de instalação de equipe mínima de saúde na Penitenciária de Bernardino de Campos;
67. Tentativa de acordo com o Estado de SP em relação a disponibilização de banhos quentes às pessoas presas – ACP 1003644-18.2013.8.26.0053;
68. Interposição de agravo em execução no pedido de Providências inaugurado para sanar as ilegalidades na Penitenciária 2 de Lavínia (1000538-91.2020.8.26.0509);
69. Interposição de contrarrazões em oposição ao recurso de apelação do estado de São Paulo, na Ação Civil Pública n. 1039521-72.2020.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia de direitos às pessoas presas durante o período de pandemia, promovida pelo IDDD, na qual este núcleo pleiteou e foi aceito como assistente litisconsorcial;
70. Apresentação de réplica à contestação na Ação Civil Pública n. 1039521-72.2020.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia de direitos às pessoas presas durante o período de pandemia, promovida pelo IDDD, na qual este núcleo pleiteou e foi aceito como assistente litisconsorcial;
71. Interposição de contrarrazões de apelação em ação civil pública de autoria do NESC para garantia de contato da população prisional com o mundo



exterior durante o período de pandemia (Ação Civil Pública nº 1024682-42.2020.8.26.0053);

72. Interposição de contrarrazões de apelação em ação civil pública de autoria do NESC para suspender edital que pretende a privatização de 4 unidades prisionais no estado (Ação Civil Pública nº 1052849-06.2019.8.26.0053);

73. Ajuizamento de pedido de prisão domiciliar no Processo nº 1501194-94.2020.8.26.0604 conforme decisão exarada pela segunda turma do STF no HC nº 143.641;

74. Interposição de contrarrazões de apelação no Processo nº: 1037638-95.2017.8.26.0053, que se trata de ação indenizatória ajuizada pelo NESC para garantia de indenização em face de danos morais decorrentes da morte do filho da autora em presídio no estado de São Paulo;

75. Interposição de Recurso Especial e Recurso Extraordinário na ação civil pública n. 1000300-74.2020.8.26.0282, que pleiteia a implementação de equipe mínima de saúde de acordo com o PNAISP, no Centro de Detenção Provisória de Itatinga;

76. Interposição de Agravo de Interno no pedido de suspensão dos efeitos da liminar n. 2170806-05.2021.8.26.0000, que, antecipando os efeitos da tutela no pedido do estado de São Paulo, suspendeu a decisão preferida liminarmente na ação civil pública n. 1044279-60.2021.8.26.0053, que buscava a adequada vacinação das pessoas presas no estado de São Paulo;



77. Interposição de Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 2000299-11.2021.8.26.0000, que visava a garantia de saída temporária de pessoas presas em cumprimento de regime semiaberto no período de pandemia;
78. Interposição de Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 197199/SP, que tramita no STF, visando a reestabelecer o quantum de pena fixado na sentença condenatória aos pacientes por tráfico privilegiado;
79. Ofícios expedidos para a Secretaria da Administração Penitenciária e para todas as unidades prisionais femininas do estado de São Paulo, em conjunto com o NUDEM, requisitando informações sobre a garantia (ou não) de acompanhante de parto para as mulheres gestantes presas nas unidades prisionais de São Paulo;
80. Ofícios enviados para a Secretaria da Administração Penitenciária, em conjunto com o NUDEM, requisitando informações sobre a garantia (ou não) de fornecimento de absorventes as mulheres encarceradas;
81. Ofício (NESC nº 33/2021) enviado ao Secretário de Saúde do Estado de São Paulo apresentando recomendações acerca do plano de vacinação e testagem para a população prisional;
82. Ofícios enviado ao Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, referente a resposta ao ofício NESC nº 33/2021 apresentando recomendações acerca do plano de vacinação e testagem para a população prisional, requerendo esclarecimentos sobre esta resposta;
83. Ofício enviado ao Secretário de Estado da Secretaria da Administração Penitenciária, requisitando informações sobre coleta de material genético;



84. Ofício enviado ao Sr. Diretor Geral do CDP de Paulo de Faria recomendando algumas providências em relação a alimentação, infraestrutura, itens materiais de higiene entre outros pontos;
85. Ofício enviado ao Sr./a. Diretor/a do Centro de Detenção Provisória de São Vicente requisitando informações sobre o atendimento à saúde na unidade;
86. Ofício (NESC nº 41/2021) enviado ao Secretário de Estado da Secretaria da Administração Penitenciária requisitando informações sobre as condições necessárias para a efetivação da remição pela leitura e outras práticas educativas nas unidades prisionais da forma mais plena possível;
87. Ofícios expedidos para a Diretora da Penitenciária Feminina da Capital requisitando informações sobre a infraestrutura do cárcere;
88. Ofícios expedidos para a Secretaria da Administração Penitenciária, em conjunto com o NUDEM, requisitando informações sobre a garantia (ou não) de fornecimento de absorventes as mulheres encarceradas;
89. Ofícios expedidos para a Secretaria da Administração Penitenciária, em conjunto com o NEDIPED, requisitando informações sobre a vacinação de pessoas idosas presa;
90. Ofícios expedidos para a Secretaria da Administração Penitenciária requisitando o cumprimento da decisão proferida no Habeas Corpus Coletivo nº 172.136 pelo Supremo Tribunal Federal que determina a oferta de banho de sol diário em todos os setores de TODAS as unidades prisionais do estado, incluindo-se os setores de “castigo” e “seguro”;



91. Ofícios expedidos ao Sr./Sra. Diretor/a da Penitenciária Feminina II de Tremembé, requisitando informações acerca da população LGBTI encarcerada;
92. Ofícios expedidos ao Sr./Sra. Diretor/a da Penitenciária Feminina de Votorantim requisitando informações acerca da população LGBTI encarcerada;
93. Ofícios expedidos ao Sr./Sra. Diretor/a da Penitenciária Feminina de Votorantim requisitando informações acerca da população LGBTI encarcerada;
94. Ofício expedido ao Secretário de Estado da Secretaria da Administração Penitenciária requisitando informações acerca da vacinação em pessoas com comorbidades no cárcere;
95. Ajuizamento de ação civil pública visando a garantia do direito à alimentação adequada para as pessoas presas na Penitenciária 2 de Guareí (processo n. 1034712-05.2021.8.26.0053);
96. Pedido de manutenção do regime inicial aberto ou, subsidiariamente, concessão de progressão de regime no processo nº 1509921-40.2019.8.26.0228;
97. Interposição de contrarrazões em oposição ao recurso de apelação do estado de São Paulo, na Ação Civil Pública n. 1003644-18.2013.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia do direito das pessoas presas no estado de São Paulo ao fornecimento de água quente para banho;
98. Interposição de Recurso Administrativo no Procedimento de Controle Administrativo nº 0000221-75.2021.2.00.0000, em trâmite perante o



Conselho Nacional de Justiça, a partir de procedimento aberto por este Núcleo, a fim de tentar garantir que as audiências de custódia acontecessem de forma presencial durante a pandemia;

99. Apresentação à CIDH, em conjunto com outras Defensoria Públicas estaduais e diversas entidades da sociedade civil, de requerimento de audiência temática sobre as audiências de custódia realizadas de maneira virtual;

100. Apresentação à CIDH de pedido de Audiência Temática/Reunião de trabalho virtual sobre as dezenas de Violações de direitos constatadas em inspeções feitas em unidades prisionais pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo durante a pandemia da Covid-19;

101. Interposição de contrarrazões em oposição ao recurso de apelação do estado de São Paulo, na Ação Civil Pública n. 1024682-42.2020.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia do direito das pessoas presas manterem contato com seus familiares e amigos durante a pandemia;

102. Elaboração e apresentação de memoriais na ADI 6841, em trâmite no STF, que trata das audiências de custódia no formato presencial;

103. Apresentação de manifestação defensorial na ADI 6841, em trâmite no STF, que trata das audiências de custódia no formato presencial;

104. Elaboração e apresentação de memoriais no Habeas Corpus Coletivo 165.704, em trâmite no STF, onde houve a ordem para substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar aos pais e responsáveis exclusivos por filhos menores de 12 anos de idades;



105. Elaboração e apresentação de memoriais na ADPF 347, em trâmite no STF, que trata do estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro;
106. Elaboração e apresentação de memoriais na ADI 5170, em trâmite no STF, que trata da possibilidade de indenização por danos morais às pessoas presas, em razão das violações de direitos vivenciadas no cárcere;
107. Elaboração de memorias a serem apresentados aos desembargadores componentes do 15ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo para o julgamento da Ação Civil Pública n. 1000059-27.2017.8.26.0502;
108. Elaboração de memorando, em razão de diligência realizada pela Primeira Subdefensoria Geral no bojo do procedimento administrativo n. 1503/2021, buscando dar subsídios para adoção de política afirmativa com reserva de vagas para as pessoas egressas do sistema prisional;
109. Apresentação de proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014, do CSDP, que *“Consolida a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados à privação da liberdade, e estabelece outras providências”*, visando garantir o fortalecimento e aperfeiçoamento da atividade;
110. Interposição, em conjunto com o IDDD, de apelação na Ação Civil Pública nº 1039521-72.2020.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia de direitos às pessoas presas durante o período de pandemia, promovida pelo IDDD, na qual este núcleo pleiteou e foi aceito como assistente litisconsorcial;



111. Apresentação de petição solicitando o ingresso, como assistente litisconsorcial, na Ação Civil Pública nº 1039521-72.2020.8.26.0053 que tem por objetivo a garantia de direitos às pessoas presas durante o período de pandemia, promovida pelo IDDD;

112. Interposição de Agravo Interno no Recurso Extraordinário na ação ordinária n. 1039180-56.2014.8.26.0053, que pleiteia indenização por danos morais em razão da morte de pessoa presa em unidade prisional de São Paulo;

113. Interposição de Agravo Interno no Recurso Extraordinário na ação ordinária n. Recurso em Mandado de Segurança nº 63626/SP (2020/0129827-1) que requer a reconsideração de decisão que negou provimento ao recurso ordinário, onde se discutia abusos do perpetrados pelo Grupo de Intervenção Rápida (GIR) na Penitenciária Masculina “Dr. Paulo Luciano de Campos” - “PI” de Avaré;

114. Interposição de recurso ordinário em mandado de segurança nº 63626 – SP no STJ com o objetivo de desarquivar pedido de providências relativo a torturas ocorridas em presídio de Serra Azul;

115. Oposição de Embargos de Declaração, para fins de prequestionamento, no Recurso Ordinário Constitucional em Mandado de Segurança nº 63.626/SP (2020/0129827-1);

116. Apresentação de reclamação pré-processual nº 5016069-98.2021.4.03.6100 com o objetivo de incluir as pessoas presas c=no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19;

117. Pedido de reconsideração da tese fixada no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 2103746-20.2018.8.26.0000 em face de evidente erro material;



118. 20 Pedidos realizados em primeira instância em comarcas onde não há atuação da Defensoria Pública do estado de São Paulo para a aplicação do HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”);

119. 15 *habeas corpus* impetrados junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo para a aplicação do HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”);

120. 14 *habeas corpus* impetrados junto ao Superior Tribunal de Justiça para a aplicação do HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”);

121. 2 *habeas corpus* impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal para a aplicação do HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”);

122. Impetração de *habeas corpus* ao TJ/SP em favor de paciente que se encontrava preso a mais de 7 meses sem um processo de execução penal em face de condenação ilegal e não reconhecimento de tráfico privilegiado;

123. 6 *habeas corpus* impetrados junto ao Tribunal de Justiça do estado de São Paulo para garantia de liberdade provisória em processos em trâmite em comarcas sem atuação da Defensoria Pública do estado de São Paulo;

124. *Habeas Corpus* impetrado no STJ tendo como objetivo que a parte paciente aguarde o julgamento em regime aberto e, ao final, requer-se a concessão da ordem para aplicar no caso concreto o redutor do art. 33, §4º da Lei de Drogas em seu grau máximo, fixando o regime inicial de acordo com os



parâmetros do art. 33 do Código Penal, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

C) Realização de intercâmbio entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:

1. Tendo em vista o advento da pandemia, têm sido disponibilizadas informações periódicas aos/às defensores/as informações sobre a Covid-19 nas unidades prisionais do estado de São Paulo, a fim de auxiliar a atuação de todos/as os/as colegas;

D) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

01. 01.02.2021 – Reunião com Iniciativa Negra para firmar parceria de pesquisa;

02. 02.02.2021 – Reunião com diversas entidades da sociedade civil e outras Defensorias Públicas para debater formas de enfrentamento à realização das audiências de custódia por vídeo conferência;

03. 23.02.2021 – Reunião com Procuradoria Geral do Estado para tratar da ACP do banho em temperatura adequada para as pessoas presas no estado de São Paulo;

04. 04.03.2021 – Reunião com Iniciativa Negra e Rede Reforma para firmar parceria de pesquisa;

05. 09.03.2021 – Reunião com CNJ sobre iniciativas em saúde mental no Poder Judiciário;



06. 09.03.2021 – Reunião com AMPARAR sobre dificuldades enfrentadas por familiares de pessoas privadas de liberdade;
07. 16.03.2021 – Reunião com Pastoral Carcerária para estreitamento de fluxos e apresentação de novas composições;
08. 17.03.2021 – Reunião da REDE e Núcleos sobre violência policial e defesa criminal;
09. 22.03.2021 – Reunião com Mandato da Deputada Érica Malanguinho sobre revista vexatória e visitas íntimas nas unidades prisionais;
10. 24.03.2021 – Reunião com diversas entidades da sociedade civil e outras Defensorias Públicas para debater formas e possibilidades de incidência na ADPF 779;
11. 25.03.2021 – Reunião da Comissão de Execução penal do CONDEGE;
12. 29.03.2021 – Reunião em continuidade com diversas entidades da sociedade civil e outras Defensorias Públicas para debater formas e possibilidades de incidência na ADPF 779;
13. 29.03.2021 – Reunião com Iniciativa Negra e Rede Reforma para firmar parceria de pesquisa;
14. 31.03.2021 – Reunião com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa para tratar da atuação na Ação Civil Pública n. n. 1039521-72.2020.8.26.0053, que tem por objetivo a garantia de direitos às pessoas presas durante o período de pandemia, promovida pelo IDDD, na qual este núcleo pleiteou e foi aceito como assistente litisconsorcial;



15. 13.04.2021 – Organização juntamente com EDEPE, NCHD e UNICAMP participação no Evento “Rumo da Política de Drogas no Brasil”;
16. 15.04.2021 – Reunião da Comissão Criminal Permanente do CONDEGE¹ para debater vacinação de pessoas presas e falta de audiências de custódia;
17. 22.04.2021: Reunião com a Primeira Subdefensoria Geral e a Coordenação de pesquisa sobre a possibilidade de realização de convênio com o NPEPEP, grupo de estudo da USP sobre sistema prisional;
18. 30.04.2021 – Reunião da Comissão de Execução Penal do CONDEGE;
19. 03.05.2021: Reunião com ITTC para tratar de direitos de mulheres encarceradas;
20. 05.05.2021: Apresentação ao NEPEPEP sobre a política de inspeções das unidades prisionais de São Paulo realizadas pela DPE/SP, por meio do NESC;
21. 10.05.2021: Reunião da Comissão de Execução penal do CONDEGE;
22. 11.05.2021: Reunião com o curso de Gerontologia da USP para tratar da população idosa encarcerada e pensar em parcerias;
23. 31.05.2021 – Reunião com o CONDEPE para discutir denúncias recebidas sobre o sistema prisional;
24. 02.06.2021 – Reunião sobre a ADPF 347 com os demais amici cure;

¹ Presidida pelo coordenador Mateus O. Moro



25. 09.06.2021 – Reunião com a organização do Innovare para tratar de prática inscrita – realização de inspeções durante a pandemia com protocolos próprios
26. 22.06.2021 – Reunião com deputada Patrícia Bezerra sobre políticas públicas para mulheres presas (Emenda n. 934 LDO 2022);
27. 23.06.2021 – Reunião com deputada Érica Malunguinho sobre a falta de vacinação das pessoas presas;
28. 29.06.2021: Reunião com CDHEP para estabelecer fluxos de encaminhamentos de denúncias e demandas mútuas;
29. 29.06.2021: Reunião com o vereador Eduardo Suplicy para tratar de temas relacionados ao sistema prisional;
30. 07.07.2021 – Reunião com a mandatos de veradora da Capital e de deputados/as, ITTC, Frente pelo desencarceramento de SP e outras entidades para tratar das pessoas migrantes encarceradas;
31. 08.07.2021: Reunião com o vereador Isaac Félix para tratar de projeto de lei de sua autoria sobre fornecimento de absorventes às mulheres presas no estado de São Paulo;
32. 16.07.2021: Reunião com a Rede de Resistência e Proteção contra o Genocídio e com a Defensoria Geral para tratar de temas afetos à DPE/SP;
33. 21.07.2021 – Reunião com AMPARAR e com a Frente estadual pelo Desencarceramento para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;



34. Organização do caderno “Política sobre drogas” que foi publicado pela EDEPE/SP em conjunto com NCDH;

E) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:

1. Coordenação da Comissão de Execução Penal do CONDEGE: Leonardo Biagioni de Lima; Suplente – Thiago de Luna Cury;
2. Coordenação da Comissão Criminal do CONDEGE – Mateus Oliveira Moro; Suplente – Thiago de Luna Cury;
3. Composição da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da ANADEP: Titular - Thiago de Luna Cury; Suplente – Leonardo Biagioni de Lima;
4. Composição do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) – Surraily Fernandes Youssef;
5. Composição do Conselho Penitenciário do estado de São Paulo – Mateus Oliveira Moro, Rafael Bedin e Patrick Cacicedo²;

F) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:

1. Suporte aos Defensores Públicos em matéria de direito penal, processo penal e execução penal, por meio de consultas diárias realizadas por e-mail e telefone (*pesquisas de doutrina, jurisprudência e legislação, encaminhamento de modelos de peças e esclarecimento de dúvidas diversas*);

² Reuniões ocorrem todas as terças-feiras;



2. Participação no Evento “ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA MULTA PENAL”, realizado pela EDEPE, NESC, Assessoria Criminal e NSITS;

G) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública:

1. Reuniões e início de elaboração de cartilha, em conjunto com o Centro de Atendimento Multidisciplinar da regional Criminal, voltada ao fomento do envolvimento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar nas temáticas relacionadas à situação carcerária, execução criminal e criminal;
2. Atuação no processo n. 0013115-12.2012.8.26.0053, que busca a implementação de equipes de saúde nas unidades prisionais do estado de São Paulo;
3. Em face da pandemia, foram somadas às propostas da Conferência Estadual de 2019, algumas propostas que se relacionam à garantia de direitos neste período da pandemia do Covid-19, sendo que ficaram esparsas no presente relatório.

H) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais:

1. 13.04.2021 – Entrevista com o TV Tribuna sobre a inspeção realizada no CDP de São Vicente;



2. 13.05.2021: Organização, juntamente com AMPARAR e EDEPE e participação no evento “Violação de direitos no cárcere e resistência para além dos muros da prisão”;
3. 24.05.2021: Aula no curso de graduação em direito da Faculdade de Direito de São Paulo (FADISP) sobre privatização das unidades prisionais de São Paulo;
4. 07.06.2021: Aula na UNAERP, no curso de graduação em direito sobre o Sistema Prisional;
5. 07.06.2021: Artigo publicado na Folha de São Paulo, intitulado “Quando humanos valem menos que animais”, narrando as facetas do agravamento da violação de direitos das pessoas presas durante a pandemia;
6. 09.06.2021 – Entrevista para a Globonews sobre falta de vacinação e outras violações de direitos nos presídios paulistas durante a pandemia;
7. 15.06.2021 - Entrevista para TV Cultura sobre remição pela leitura;
8. 15.07.2021: Entrevista para a Rádio Brasil Atual sobre a instalação do CPP de São Vicente;
9. 21.07.2021: Entrevista para a TVT sobre a situação dos presídios na pandemia;

I) Articulação com núcleos especializados afins de Defensorias Públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências:

1. Periodicamente, aportam no e-mail do NESC dúvidas ou pedidos de encaminhamentos de defensorias de outros estados sobre formas de se



proceder em alguns processos criminais e de execução criminal aos quais estes coordenadores realizam a articulação com os/as defensores/as naturais;

2. Articulação com diversas Defensorias Públicas estaduais, em especial as do Rio de Janeiro e de Pernambuco, para o enfrentamento ao uso de videoconferência para a realização das audiências de custódia;

3. Apresentação na Comissão de Execução penal do CONDEGE de normativa nacional para implementação e aperfeiçoamento das políticas de inspeção em todas as Defensorias Públicas estaduais, aprovado, posteriormente, pelo CONDEGE.

4. 21.06.2021 – Reunião CONDEGE e GAETS sobre atuação estratégias em relação a RE e ADPF que debatem o feminicídio e a violação de garantias constitucionais relativas ao Júri;

I] Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade.

Tópico inserido, esparsamente, em diversas ações do NESC especificadas no presente relatório de atividades, uma vez que a atuação do Núcleo se volta à população marginalizada.

Além disso, apresentamos à Presidência do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo/SP de proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014, do CSDP;



K) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:

Preliminarmente, importante dizer que periodicamente esse núcleo especializado recebe, via assessoria parlamentar, dezenas de comunicações de projetos de lei em andamento, os quais são analisados. Contudo, apenas aqueles que tiveram efetivo acompanhamento serão apontados.

1. Apresentação, em conjunto com o Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, de documento à Comissão de Juristas Contra o Racismo Estrutural da Câmara dos Deputados, com sugestões de aperfeiçoamento no âmbito da justiça criminal para combate ao racismo.

L) Atividade de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos prisionais do Estado - /2014

Devido à pandemia, as mazelas presentes nos cárceres se potencializaram, fazendo-se essencial a presença da defensoria pública no interior das unidades prisionais, a fim de verificar as novas formas de violações de direitos e demandar para suas correções. No período em questão foram realizadas as seguintes 15 inspeções:

Portaria nº 06/2015	CDP DE GUARULHOS II	22/02/2021
Portaria nº 39/2015	CDP DE AMERICANA	26/02/2021
Portaria nº 11/2015	CDP DE SÃO VICENTE	03/03/2021



Portaria nº 14/2015	CDP DE CARAGUATATUBA	05/03/2021
Portaria nº 68/2016	PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA	30/04/2021
Portaria nº 27/2014	CDP DE CHÁCARA BELEM II	28/04/2021
Portaria nº 26/2014	CDP DE CHÁCARA BELEM I	21/05/2021
Portaria nº 26/2015	CDP DE SOROCABA	21/05/2021
Portaria nº 12/2015	CDP DE PRAIA GRANDE	25/05/2021
Portaria nº 29/2015	CDP DE SUZANO	28/05/2021
Portaria nº 83/2016	CDP DE VILA INDEPENDÊNCIA	6/11/2021
Portaria nº 28/2015	CDP DE MOGI DAS CRUZES	16/06/2021
Portaria nº 53/2017	CPP DE BAURU I	18/06/2021
Portaria nº 31/2014	CDP DE PINHEIROS IV	18/06/2021
Portaria nº 09/2015	CDP DE ITAPECERICA DA SERRA	25/06/2021

M) Reuniões Periódicas do Núcleo

1. 23.03.2021 – Pauta: a) Informes da Coordenação; b) Atualização das propostas dos GT's.



2. 30.07.2021: Paula: 1. Informes; 2. Diálogo sobre a atividade de inspeção; 3. Atualização dos GT's

N) Outras ações desenvolvidas:

1. Análise de inúmeras cartas e e-mails encaminhados por presos e seus familiares com a solicitação de atendimento de casos individuais em matéria de execução penal.
2. Encaminhamento, ao longo do semestre, de cerca de **747 cartas** a pessoas presas, com solicitações de assistência jurídica e sobre direitos da execução bem como informações sobre processos; para os defensores públicos coordenadores de execução criminal com a remessa de cartas e e-mails solicitando atendimento de casos individuais em matéria de execução penal.
3. Encaminhamento de **1.1786 Memorandos** e solicitações aos defensores públicos segundo coordenadores auxiliares para adotar providências em prol de pessoas presas e seus familiares;
4. Encaminhamento de **466 cartas** de presos para a Assessoria Criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a remessa de cartas em que há pedido de revisão criminal formulado por presos e outras solicitações;
5. **Cerca de 5.052 atendimentos**, realizados pessoalmente, por telefone e via mensageria eletrônica, de egressos e familiares de presos em busca de esclarecimentos sobre casos individuais ou com o objetivo de relatar casos de violação coletiva de direitos humanos;
6. 02.02.2021 – Reunião com NCDH;
7. 03.02.2021 – Reunião com os demais núcleos especializados e com a Ouvidoria Geral;



8. 03.02.2021 – Reunião com a Assessoria Criminal e com a Assessoria de Convênio para apresentar a possibilidade de a Defensoria Pública do estado de São Paulo acessar os recursos do FUNPEN para projetos de assistência jurídica;
9. 03.02.2021 – Entrevista com Monia, Defensora Pública estadual do PR sobre sistema acusatória para sua pesquisa de mestrado;
10. 05.02.2021 – Audiência no CNJ para tratar das saídas temporárias no estado de São Paulo;
11. 11.02.2021 – Sessão do 5º Grupo de Câmaras de Direito Público do TJ/SP sobre ação rescisória referente à ACP que limitava a lotação nos dois CDPs de Osasco;
12. 12.02.2021 – Audiência no CNJ para tratar das saídas temporárias no estado de São Paulo;
13. 18.02.2021 – Reunião com o NSITS a 1ª Subdefensoria Geral para discutir eventual possibilidade de acordo na ACP que trata do fornecimento de banho quente;
14. 23.02.2021 – Reunião com a Subdefensoria Pública-Geral sobre as alterações do CRAVI;
15. 24.02.2021 – Reunião da Comissão DAP;
16. 01.03.2021 – Reunião entre os núcleos especializados para debater as propostas da conferência estadual;



17. 05.03.2021 – Audiência no CNJ para tratar das saídas temporárias no estado de São Paulo;
18. 05.03.2021 – Reunião com Núcleo de Habitação e Urbanismo e entidades afetas a tema para debater criminalização de ocupações;
19. 12.03.2021 – Audiência no CNJ do Procedimento de controle administrativo sobre a ausência de saídas temporárias com a Conselheira Maria Teresa Uille e TJ/SP;
20. 12.03.2021 - Reunião do Grupo de Trabalho do CNJ do Fomento à Leitura em ambientes de Privação de Liberdade;
21. 12.03.2021 – Reunião com Núcleo de Habitação e Urbanismo e entidades afetas a tema para debater criminalização de ocupações;
22. 17.03.2021 – Reunião da Comissão DAP;
23. 07.04.2021: Reunião da com NSITS e Assessoria Criminal para discutir as consequências da mudança de entendimento sobre a multa penal;
24. 08.04.2021 – Reunião do Comitê COVID da DEP/SP para debater vacinação da população vulnerável e temas correlatos;
25. 09.04.2021: Reunião da com NSITS e Assessoria Criminal para discutir as consequências da mudança de entendimento sobre a multa penal;
26. 10.04.2021: Reunião da com NSITS e Assessoria Criminal para discutir as consequências da mudança de entendimento sobre a multa penal;



27. 13.04.2021 – Reunião do Comitê COVID da DPE/SP sobre vacinação da população vulnerável;
28. 19.04.2021: Reunião com NSITS e Assessoria Criminal para discutir as consequências da mudança de entendimento sobre a multa penal;
29. 22.04.2021: Reunião da Polítca mães em cárcere;
30. 22.04.2021 – V Reunião do Comitê COVID da DEP/SP para debater vacinação da população vulnerável e temas correlatos;
31. 26.04.2021: Reunião da com NSITS e Assessoria Criminal para discutir as consequências da mudança de entendimento sobre a multa penal;
32. 26.04.2021: Reunião com Primeira Subdefensoria para monitoramento das propostas da conferência estadual;
33. 27.04.2021: Reunião com Unidade Júri, EDEPE e NUDEM para aperfeiçoamento de defesa de mulheres em processos criminais;
34. 30.04.2021 – Reunião com NSITS sobre a ADI 5170;
35. 30.04.2021 – Audiência no CNJ do Procedimento de controle administrativo sobre a ausência de saídas temporárias com a Conselheira Maria Teresa Uille e TJ/SP;
36. 03.05.2021: Reunião da com NSITS e Assessoria Criminal para discutir as consequências da mudança de entendimento sobre a multa penal;
37. 03.05.2021: Reunião do GT de saúde mental do NESC;



38. 11.05.2021 – Reunião com a Assessoria Criminal e com a Assessoria de Convênio para avançar sobre a possibilidade de a Defensoria Pública do estado de São Paulo acessar os recursos do FUNPEN para projetos de assistência jurídica;
39. 13.05.2021 – Organização em conjunto com a EDEPE e AMPARAR e participação no Evento "Violação de Direitos no Cárcere e Resistência para além dos Muros";
40. 17.05.2021: Reunião da Política mães em cárcere;
41. 18.05.2021 – Reunião com a Ouvidoria Geral para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;
42. 19.05.2021 – Reuniões com conselheiros para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;
43. 26.05.2021 – Primeira Reunião da Comissão Permanente Interinstitucional para acompanhamento e sistematização, em nível nacional, dos dados referentes ao cumprimento das ordens coletivas de *habeas corpus* concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs no 143.641 e no 165.704 e da implementação das demais medidas previstas na Resolução CNJ no 369/2021;
44. 26.05.2021 – Reunião sobre a Realização do VIII Ciclo de Conferências DPESP;
45. 27.05.2021 – Reunião com a Terceira Subdefensoria Geral para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;
46. 01.06.2021 – Reunião de Monitoramento do VII Plano de Atuação da DPE/SP;



47. 02.06.2021 – Organização e participação no Evento "Estudos sobre a execução da multa penal";
48. 02.06.2021: Reuniões com conselheiros e administração superior para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;
49. 07.06.2021: Reunião com a Corregedoria Geral para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;
50. 14.06.2021: Participação em Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal, no HC n. 165.704;
51. 18.06.2021 – Reunião sobre o novo portal da Defensoria com a 1ª Sub-defensoria Geral;
52. 22.06.2021 – Participação em documentário sobre Remição por leitura;
53. 23.06.2021 – Reunião com demais Amici cuire sobre RE da revista vexatória;
54. 25.06.2021 – Audiência de tentativa de conciliação sobre vacinação de pessoas presas na Câmara de Conciliação do TRF;
55. 28.06.2021: Reunião com o CNJ para tratar da Multa Penal e seus desdobramentos;
56. 06.07.2021: Reunião com Conselho Consultivo da Ouvidoria para tratar da alteração da deliberação da política de inspeções pelo NESC;
57. 14.07.2021 – Reunião com a APT e demais parceiros sobre atuação em relação à ausência de audiências de custódia;



58. 15.07.2021 – Reunião com Assessoria Criminal do DPG para debater sobre levantamento de dados dos formulários de atendimento DAP sobre tortura e outros atos de violência;
59. 15.07.2021 – Participação em evento organizado pela OAB de São Vicente sobre as condições dos presídios de tal comarca;
60. 16.07.2021: Reunião interna do NESC com o Grupo de Trabalho sobre a pena de multa;
61. 20.07.2021 – Reunião com Rafael Veloso, 2º Coordenador Auxiliar da regional de São Carlos, para explicação sobre as funções da coordenação e principais respectivas demandas;
62. 21.07.2021 – Despacho com o Juízo da ACP que pedia a vacinação das pessoas presas por Videoconferência - Proc. 1044279-60.2021.8.26.0053;
63. 21.07.2021 – Reunião com o Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) da Defensoria Pública de SP para debater as questões relacionadas á população LGBTI no cárcere e a respectiva recomendação do CNJ;
64. 22.07.2021: Reunião com NCDH sobre transporte de pessoas presas;
65. 26.07.2021: Reunião com a Ouvidoria Geral para tratar sobre a proposta de alteração da Deliberação n. 296/2014;

O) Procedimentos administrativos instaurados no semestre objeto deste relatório:



PA NESC – 01/2021 - Mapeamento da atuação criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Assim como nos semestres anteriores, não houve abertura de PA's posto que as inspeções foram realizadas com base PA's já existentes no NESC, todos já digitalizados pelo NESC.

Santos, 12 de janeiro de 2021.

LEONARDO BIAGIONI DE LIMA

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

MATEUS OLIVEIRA MORO

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

THIAGO DE LUNA CURY

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo